

O PAÍS

Sepúlveda e ACM em guerra

Ministro do STF e AMB reagem a ataques de ACM. 'Não vou me intimidar', responde senador

Ana Paula Macedo e Waldomiro Júnior

BRASÍLIA e SALVADOR

A CPI do Poder Judiciário abriu uma guerra entre o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence. Numa espécie de tréplica, Sepúlveda lamentou ontem o que chamou de tom agressivo de Antônio Carlos ao comentar sua entrevista ao GLOBO de domingo, na qual Sepúlveda considerou inadmissível a investigação parlamentar de sentenças judiciais. "Estranho e lamento a agressividade da resposta do senador Antônio Carlos Magalhães a uma entrevista em que tratei, com seriedade e impessoalidade, da questão do Judiciário e na qual fiz questão de sequer aludir ao seu nome", afirmou Sepúlveda na introdução de uma nota de duas páginas distribuída por seu gabinete ontem à tarde.

O ministro da mais alta corte do país disse estranhar sobretudo a referência feita por Antônio Carlos ao fato de filhos de ministros do STF trabalharem em escritórios de advocacia, caso de seu filho Evandro. Acrescentou ter orgulho da conduta irrepreensível do filho e que o senador está no dever moral de esclarecer se quis atribuir a ele qualquer comportamento eticamente reprovável: "Ninguém pode proibir alguém de exercer sua profissão por ser parente de fulano ou beltrano. A questão é saber como cada um se comporta no exercício da advocacia. E a esse respeito tenho o maior orgulho da conduta irrepreensível do meu filho, Evandro Pertence. Ninguém o contratou a peso de ouro para escritório algum. Advoga, sim, no escritório em que participei e que já acolheu, quando advogado inexperiente, um sobrinho do senador Antônio Carlos Magalhães. É um escritório sobre cuja respeitabilidade o próprio senador não poderá dar seu testemunho".

Sem deixar ataque sem resposta, Sepúlveda também contestou a acusação de inércia durante o período em que presidiu o STF e voltou a ressaltar sua ação no combate ao nepotismo no Judiciário, lamentando que o Senado não tenha feito o mesmo. E se defendeu da crítica de lentidão no julgamento de um processo. Depois de rebater cada uma das acusações apontadas pelo presidente do Senado, concluiu: "Espero que a questão do Judiciário venha a ser discutida com o nível de seriedade que tem e não desça a bate-bocas estéreis".

AMB critica "autoritarismo" de ACM

Ainda mais contundente e dura foi a nota da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em apoio a Sepúlveda. A AMB classificou a entrevista de Antônio Carlos como uma "demonstração de intolerância e autoritarismo incompatível com o alto posto que ocupa no Legislativo brasileiro". Entidade que reúne 14 mil juizes de todo o país, a AMB afirmou que as críticas de Antônio Carlos só reforçam a suspeita de que a CPI do Judiciário tem por trás motivação política e eleitoral, servindo de imediato para encobrir outras questões nacionais, como o debate da CPI dos bancos e das empreiteiras. Também questiona os interesses pessoais do presidente do Senado, ao assinalar sua proximidade com o regime militar, lembrando que no mesmo período Sepúlveda foi preso e cassado por defender presos políticos. Compara ainda o comportamento do senador ao do ex-presidente Fernando Collor: "Cenas semelhantes, em passado recente, foram testemunhadas pela sociedade brasileira quando um caçador de marajás, apoiado pelo senador, lançou o país numa aventura de graves consequências", assinala um trecho da nota.



ANTÔNIO CARLOS Magalhães, sobre a nota da AMB: "É um amontoado de tolices"

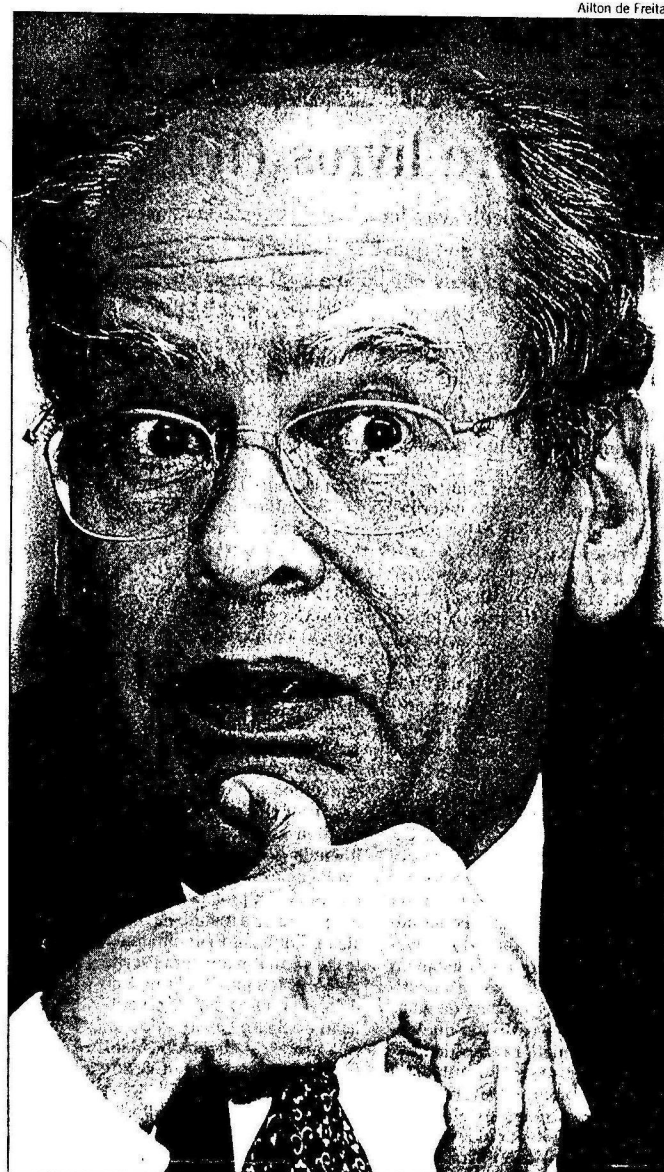
Em Salvador, Antônio Carlos não deixou por menos: classificou como tolices a nota da AMB. Dizendo, no início da noite, ainda não ter tomado conhecimento da nota de Sepúlveda, voltou a assegurar que não vai se intimidar com as pressões que vem recebendo e que levar adiante a CPI do Judiciário.

— É um amontoado de tolices e de incoerências. Não merece sequer resposta, porque é uma acusação a quem a assinou — respondeu.

Sobre a nota de Sepúlveda, Antônio Carlos disse que ela também não vai ficar sem resposta, mas preferiu aguardar sua publicação na imprensa. Ele disse que já esperava tais reações de setores ligados ao Judiciário, mas que não vai recuar em relação a CPI.

— Não vou me intimidar com as notas que vão saindo daqueles que querem a Justiça com a mesma mesmice, ranço de erros, corrupção, nepotismo e falta de agilidade. Vai ter muito mais, mas nós

Sergio Marques



Ailton de Freitas

SEPÚLVEDA: "LAMENTO a agressividade da resposta do senador Antônio Carlos"

vamos responder também — prometeu.

Irônico, o senador disse que os setores da Justiça preocupados com a solução dos seus problemas não têm porque temer a CPI:

— Não há por que o Judiciário estar com medo. Nem o Sepúlveda Pertence.

Antônio Carlos disse que não se opõe à exigência do presidente do PMDB, Jader Barbalho, que condicionou o apoio do seu partido à CPI do Judiciário à instalação de uma outra CPI para investigar o sistema financeiro. Mas advertiu que a apuração das denúncias contra a Justiça não podem vir a ser prejudicadas por uma outra comissão.

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem à tarde, em São Paulo, que a instalação da CPI do Judiciário, ou de qualquer outra, não ameaça a independência entre os poderes, desde que bem conduzida.

Segundo ele, já se foi o tempo em que CPIs pu-

nam em risco a estabilidade da democracia:

— Seguramente, o Brasil já superou o momento em que existiria risco para as instituições. Isso vale para qualquer CPI, seja a judiciária, seja a financeira. O Executivo prestará esclarecimentos e fornecerá informações todas as vezes em que for solicitado, porque é assim que funciona um regime democrático.

O presidente disse, no entanto, que deverá ficar fora de qualquer discussão sobre as sentenças judiciais, porque isto sim, segundo ele, representaria uma intromissão do Legislativo no Judiciário.

— Imagino que não há a menor possibilidade de o Legislativo discutir sentenças judiciais. Isso está fora de discussão. Isso é inerente à autonomia do Poder Judiciário. ■

• JÁDER PEDE ABERTURA DA CPI DOS BANCOS E AFIRMA: NÃO É BARGANHA COM ACM na página 4